Capítulo 3.º — Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes — Universidade do Porto:

Artigo 327.º, n.º 1) «Móveis» 7.000\$00

Capítulo 5.º — Direcção-Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio — Escolas industriais, comerciais e industriais-comerciais:

Artigo 772.º, n.º 2) «Impressos — Escola Industrial e Comercial de Brotero, em Coimbra» 1.200\$00

Artigo 778.º, n.º 3) «Pessoal assalariado»:

Para satisfação da despesa com pessoal desta natureza, de harmonia com as disposições do Decreto-Lei n.º 36:176, de 8 de Março de 1947. 60.433\$70

Para suplemento. 12.086\$70 72.520\$40

Capítulo 5.º — Direcção-Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio — Escola de Regentes Agrícolas de Évora:

Artigo 805.º, n.º 1) «Semoventes», alínea b) «Viaturas com motores» 90.000\$00 380.720\$40

Ministério das Comunicações**Capítulo 4.º — Direcção-Geral dos Serviços de Viação:**

Artigo 44.º, n.º 1) «Impressos» 50.000\$00

Artigo 44.º, n.º 2) «Artigos de expediente e diverso material não especificado» 60.000\$00

Capítulo 4.º — Direcção-Geral dos Serviços de Viação — Fiscalização de trânsito nas estradas:

Artigo 51.º «Remunerações acidentais», n.º 2) «Gratificações especiais pelo exercício das funções de mecânicos» 2.100\$00 112.100\$00

6:073 616\$35

Art. 3.º Como compensação dos créditos designados no artigo anterior, efectuam-se as seguintes alterações ao Orçamento Geral do Estado em execução, representativas de aumentos de previsão de receitas e de redução em verbas de despesa:

Orçamento das receitas do Estado

Capítulo 4.º, artigo 82.º «Diversas receitas não classificadas» 17.640\$00

Capítulo 4.º, artigo 106.º «Receitas dos estabelecimentos de ensino» 40.100\$00

Capítulo 7.º, artigo 214.º «Reposições não abatidas nos pagamentos» 150.186\$70

Capítulo 9.º, artigo 275.º «Amoedação» 2:277.974\$75

Capítulo 9.º, artigo 278.º «Produto da venda de títulos ou de empréstimos a realizar para ocorrer a despesas em execução da Lei de reconstituição económica, n.º 1:914, de 24 de Maio de 1935, e em harmonia com a Lei n.º 2:026, de 29 de Dezembro de 1947» 2:640.000\$00 5:125.901\$45

Ministério das Finanças

Capítulo 1.º, artigo 7.º, n.º 2) 210.000\$00

Capítulo 1.º, artigo 9.º, n.º 1) 7.000\$00 217.000\$00

Ministério do Interior

Capítulo 4.º, artigo 71.º, n.º 1) 124.800\$00

Ministério da Justiça

Capítulo 5.º, artigo 122.º, n.º 3) 25.000\$00

Capítulo 6.º, artigo 143.º, n.º 2) 14.344\$50 39.344\$50

Ministério da Marinha

Capítulo 4.º, artigo 25.º, n.º 2), alínea d) 1.350\$00

Capítulo 4.º, artigo 48.º, n.º 1), alínea a) 3.000\$00

Capítulo 4.º, artigo 73.º, n.º 1) 3.500\$00

Capítulo 7.º, artigo 222.º, n.º 2), alínea a) 62.500\$00 70.350\$00

Ministério das Obras Públicas

Capítulo 4.º, artigo 63.º, n.º 1) 6.500\$00

Capítulo 4.º, artigo 68.º, n.º 3), alínea c) 8.000\$00

Capítulo 8.º, artigo 119.º, n.º 1), alínea a) 36.000\$00 50.500\$00

Ministério da Educação Nacional

Capítulo 3.º, artigo 114.º, n.º 1) 200.000\$00

Capítulo 3.º, artigo 129.º, n.º 1) 10.000\$00

Capítulo 5.º, artigo 769.º, n.º 1) 73.724\$40

Capítulo 5.º, artigo 803.º, n.º 1) 10.000\$00

Capítulo 5.º, artigo 811.º, n.º 1) 39.900\$00 333.620\$40

Ministerio das Comunicações

Capítulo 4.º, artigo 39.º, n.º 1) 110.000\$00

Capítulo 4.º, artigo 51.º, n.º 1) 2.100\$00 112.100\$00

6:073 616\$35

Art. 4.º É autorizada a alteração da redacção da rubrica subordinada em observação (a) à verba do n.º 2) do artigo 452.º, capítulo 3.º, do actual orçamento do Ministério da Educação Nacional, que passa a figurar como a seguir se descreve:

Compreende 165.000\$ para a aquisição de um jogo de eira e 7.000\$ para uma gadanheira.

Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção-Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do Decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do Decreto n.º 18:381.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1948. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

Direcção-Geral das Alfândegas**Decreto-Lei n.º 36:992**

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reduzida para \$01 por quilograma a taxa do artigo 73 da pauta de exportação.

Art. 2.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1948. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 36:993

Contra todas as expectativas que deixavam antever um ano cerealífero excepcionalmente bom, o País encontra-se, uma vez mais, perante uma colheita extremamente deficitária, que o obriga a recorrer ao estrangeiro para cobrir as suas necessidades de trigo. Se os números que ainda não há muito se previam tivessem correspondido àquela realidade que todos desejávamos, não haveria agora motivo de preocupação para o Governo, a lavoura ver-se-ia retribuída em muito esforço e despesa e o País teria garantido o abastecimento do pão que necessita quase que unicamente à custa dos cereais produzidos no seu solo; a natureza, porém, continuou, neste campo, como que apostada em contrariar as esperanças em que viveram o produtor agrícola e o Governo — e é assim, em face de um ano pobre em quantidade e qualidade, que se tem de promulgar o regime cerealífero.

As debilidades só vieram confirmar o pessimismo das últimas previsões; não dispomos, afinal, para consumo público senão de uma quantidade semelhante àquela de que dispusemos no ano que passou: computada em cerca de 150:000 toneladas, ficamos com um *deficit* importante, a cobrir pela importação, com o fim de garantir as necessidades mínimas do País.

Mas não foi, infelizmente, apenas a baixa funda que se registou na maioria das searas: é a queda, por completo inesperada, para limites invulgares, do próprio peso específico do trigo que se arrecadou, de tal modo que, muito embora em certas regiões beneficiadas se notem produções satisfatórias, na sua grande maioria a lavoura se encontra em face de uma fraca colheita de um trigo que se tem de considerar pobre, dado o seu menor valor qualitativo e reduzido rendimento de farinhação.

Impôs-se, conseqüentemente, ao Governo o ajustamento às circunstâncias, dentro de limites que se enquadrem no interesse geral do País; após o regime cerealífero transacto, que lhe trouxe prejuízos superiores a 500:000.000\$, não pode ainda libertar-se de certas compensações à lavoura, traduzindo um artificialismo económico que de futuro deverá desaparecer.

Fica-se na esperança de que a campanha de 1949-1950 se possa já iniciar em novos moldes, visto caminhar-se francamente para a normalização das condições de preços e de trabalho; entretanto, e considerando as condições penosas do momento, mantêm-se os bônus de adubos e outras compensações para a campanha próxima, de modo que a lavoura possa dispor dos fertilizantes que precisa sem alteração dos preços que pagou na campanha anterior, o que acarreta um maior dispêndio, dado o aumento do custo dos adubos que temos de importar do estrangeiro.

Por outro lado, a baixa verificada no peso específico médio do trigo agora colhido justifica que, sem ir contra a política de estabilização de preços em que o Governo se empenha, se tenha de abrir uma excepção, aumentando em \$15 o subsídio de cultura atribuído ao quilograma deste cereal, pelo que o seu preço médio passa de 2\$85 para 3\$; e, na mira de ir ao encontro duma das maiores aspirações da lavoura, desde já se fixam para a campanha de 1948-1949 os mesmos preços agora estabelecidos para a de 1947-1948.

Dá-se pela primeira vez à lavoura, fixando-lhe estes preços por dois anos, uma garantia prévia quanto ao trigo que ainda há-de vir a semear, ao mesmo tempo que se lhe mantém a estabilidade do preço dos adubos que para tal fim necessita: e isto muito embora implique um dispêndio que se pode computar em cerca de 120:000.000\$, ou seja mais de 30 por cento em relação ao montante destes encargos na campanha que findou.

O Governo abre deste modo ao produtor agrícola uma nova possibilidade conferindo-lhe com tamanha antecedência tão importante garantia para a próxima campanha cerealífera: espera, por seu lado, como é lógico, que a lavoura compreenda o alto significado desta medida, retribuindo-lhe em esforço e em trabalho aquilo que ele lhe entrega em plena confiança e certeza.

*

Dentro do princípio de se não alterarem os preços dos tipos de pão que se mantêm, não se determina qualquer aumento para as taxas de moagem e de panificação; fazem-se unicamente certos ajustamentos no sistema, que, revertendo em benefício dessas indústrias, lhes trazem, inegavelmente, uma melhor compensação; são eles: aumento de preço das sêneas e igualdade dos preços dos vários formatos de pão especial.

*

O Decreto n.º 36:469, de 15 de Agosto de 1947, estabelece três tipos de pão:

Pão especial, ao preço de 5\$20 por quilograma.
Pão de 1.ª, ao preço de 3\$30/3\$40 por quilograma.
Pão de 2.ª, ao preço de 2\$40 por quilograma.

A repartição do consumo da farinha de 2.ª qualidade em relação à totalidade das farinhas consumidas representa-se por cerca de 12 por cento; se considerarmos as capitações individuais, podemos concluir que só cerca de 10 por cento da nossa população beneficia do pão de 2.ª qualidade, a baixo preço. A realidade, porém, é bem diversa daquela que os números nos traduzem no seu significado aparente; com efeito, desta farinha de 2.ª qualidade, de que em média se consomem 9:000 toneladas por mês, só uma parte aproveita ao consumidor mais necessitado, visto grande quantidade dela ser especuladoramente utilizada em substituição da que se destina ao pão de 1.ª qualidade ou especial.

A manutenção do pão de 2.ª, acarretando um prejuízo anual superior a 100:000.000\$ (compensado, muito embora, pelo lucro obtido através do pão de tipo especial), permitiria a certos industriais de panificação o continuar a cometer a fraude de confeccionar pão de 1.ª qualidade com a farinha de 2.ª, sem que a acção da fiscalização pudesse ter a eficiência que se impunha para que o pão de 1.ª se encontrasse no mercado com as características de qualidade que, por força da lei, lhe foram atribuídas; contribuindo ainda para prejudicar a actividade das moagens rurais, não resultaria já hoje da sua aplicação um benefício sensível para o consumidor: de facto a tendência que ultimamente se marcou foi nitidamente para o consumo de pão de 1.ª qualidade, julgando-se até que a maior parte daqueles que ainda consomem pão de 2.ª é constituída pelos que comem por conta de outrem.